



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
1ª Vara Federal de Volta Redonda
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

16 a 20/10/2017



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Volta Redonda no Rio de Janeiro – RJ (01VF-VR), de 23 a 27/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal RAFAEL DE SOUZA PEREIRA PINTO, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 7.709 processos, sendo 2.564 em trâmite e 5.145 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

Denominação: 1ª Vara Federal de Volta Redonda - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VFVR-RJ)

Data de instalação: 17/05/1996

Endereço: Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38, 1º andar, Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de Janeiro

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 130 Km

Juiz Titular: Dr. Rafael de Souza Pereira Pinto, desde 07/01/2015

Juiz Federal Substituto: Drª Lilian Mara De Souza Ferreira, desde 23/10/2015

Diretora de Secretaria: Drª Marcelo Xavier Costa

Competências:

- 1) Cível
- 2) Execução Fiscal

Quadro de Pessoal desde a última correição:

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Junho/15	4	6	0	1	11	14
Out/17	4	5	0	1	10	14

O Diretor informou que não há rotatividade de servidores. A diminuição do quantitativo, tendo como referência a última correição, ocorreu em razão de um servidor ter sido removido para acompanhar cônjuge.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor MARCELO XAVIER COSTA, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores LUIS EDUARDO DE SABOYA GOMES CARNEIRO e ANA CLAUDIA NICOLAU LINHARES, FATIMA SENA DIOGO e pelo Oficial de Gabinete LUCIANA LEITE DE ALMEIDA, todos bacharéis em Direito, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 75% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 05/06/2017 a 09/06/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: reduzir o acervo, mormente os feitos em fase de execução, redistribuídos da 2ª Vara, além de identificar e eliminar os gargalos do processamento.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor afirmou que a unidade não atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão do volume de processos. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 452 processos em 2016 e julgou 279, cumprindo 62% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
01ª Vara Federal de Volta Redonda-RJ	279	452	6	62%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012...”

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 97% dos 893 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	01ª Vara Federal de Volta Redonda-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
01ª Vara Federal de Volta Redonda-SJRJ	893	858	12	870	23	97%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 100% dos 1.124 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).



Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	01ª Vara Federal de Volta Redonda-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
01ª Vara Federal de Volta Redonda-SJRJ	0	1.124	19	0	35	-

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00019391720124025104	Emb. à Exec	Contrib. Previd.	sim	Cl p/decisão	18/07/17
00012480320124025104	Emb. à Exec.	Contrib. Previd.	não	Juntada de petição perito	26/04/17
00013286420124025104	Ordinária	Revisão mútuo SFH	não	Cl p/ sent.	27/03/17
00002650420124025104	Emb. à Exec.	Embargos do INSS em ação previd	não	Manifest. embargados s/ cálculos	06/12/16
00023064120124025104	Ordinária	Indenizatória	não	Desp p/ Secret. Localiz perito	15/02/17
00000043920124025104	Emb. à E.F.	FGTS	não	Junt. pet. da embargante	04/10/17
00033766420104025104	Ord. Tribut.	Anulat. de débito fiscal	não	Junt. pet. da autora	07/12/16
00022411720104025104	Previdenc.	Revisão de benef.	não	Decisão de suspensão	24/03/17
00008104520104025104	Previdenc.	Revisão benef.	sim	Baixa - Sent. transit julg	20/10/17
00031168420104025104	Previdenc.	Revisão benef.	não	Autora pede remessa ao contador	30/03/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”³

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 08

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 12

5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”⁴

O órgão julgou 50% dos 02 processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2016.

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	308	183	64	247	61	80%	115%
SJRJ	554	120	96	216	338	39%	56%
SJES	129	29	21	50	79	39%	55%
Total - 2ª Região	991	332	181	513	478	52%	74%
01ª Vara Federal de Volta Redonda	2	0	1	1	1	50%	71%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

³ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

⁴ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).



Cumpridos 27% da meta nº 5 CNJ/2016.

TRF2
Fls 120

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
01ª Vara Federal de Volta Redonda	151	161	102	260	39	431	27%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00584084420164025104	Execução por quantia certa de título extraj.	data	não	Desp. p/ exequente se manif.	19/10/17
00578073820164025104	Execução por quantia certa de título extraj.	data	não	Bloqueio numerário Bacenjud	24/04/17
00529963520164025104	Execução por quantia certa de título extraj.	data	não	Desp. p/ exequente se manif.	19/10/17
00529980520164025104	Execução por quantia certa de título extraj.	data	não	Desp. p/ exequente se manif.	19/10/17
00492445520164025104	Execução por quantia certa de título extraj.	data	não	Juntada de mandado de penhora com certid. negativa	01/12/16

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugestão da equipe de correição: estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 60 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	628	537	36	573	55	91%
SJRJ	877	598	79	677	200	77%
SJES	115	70	18	88	27	77%
1º Grau	992	668	97	765	227	77%
Total - 2ª Região	1.620	1.205	133	1.338	282	83%
01ª Vara Federal de Volta Redonda	10	5	1	6	4	60%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Sugestão da equipe de Correição: Priorizar o julgamento dos processos pendentes de julgamento da meta 6/CNJ.

Fonte: PORTAL, acesso em 3/7/2017.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 1.535 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 128 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	99
B1	Homologatória de acordo	12
B2	Repetitiva (padronizada)	328
C	Sem resolução do mérito	1.095
D1	Penal condenatória	01

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/10/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0014524- 62.2016.4.02.5104	0177861- 33.2016.4.02.5104	0053461- 44.2016.4.02.5104	0003271- 87.2010.4.02.5104
0006245- 53.2017.4.02.5104	0023170- 27.2017.4.02.5104	0026390- 04.2015.4.02.5104	0003178- 27.2010.4.02.5104
0037750- 96.2016.4.02.5104	0028418- 08.2016.4.02.5104	0063475- 87.2016.4.02.5104	0003920- 57.2007.4.02.5104
0007978- 88.2016.4.02.5104	0002215- 77.2014.4.02.5104	0014567- 71.2017.4.02.5101	0002586- 95.2008.4.02.5154
0014810- 06.2017.4.02.5104	0129125- 52.2014.4.02.5104	0109478- 66.2017.4.02.5104	0003027- 61.2010.4.02.5104

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

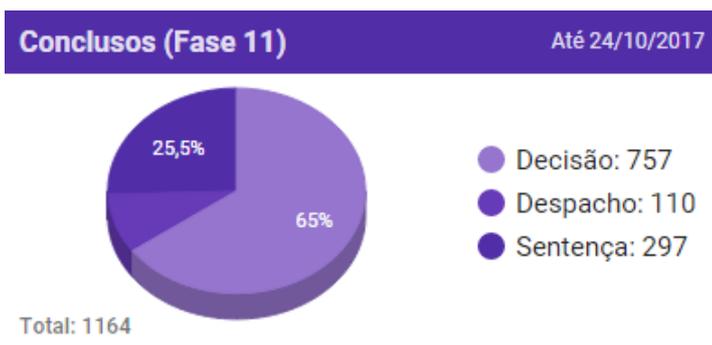
Contudo, no processo 0002799-57.2008.4.02.5104, foi incorretamente anotado o tipo de sentença D1 no sistema APOLO, não obstante a classificação B2 pelo Magistrado. Sugere-se que a unidade corrija o erro.



6.2. Acervo concluso

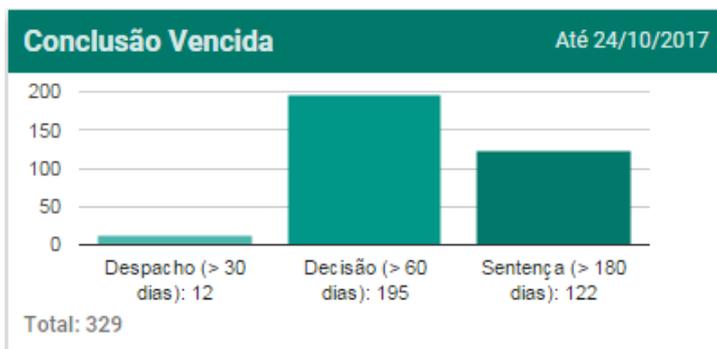


Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 24/10/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 24/10/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)

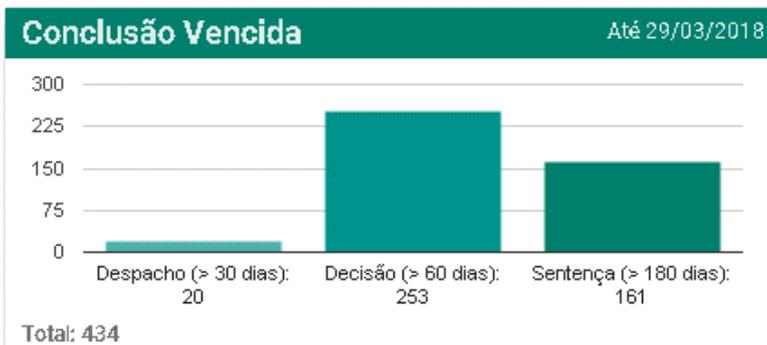


Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 24/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 24/10/2017), indica haver 122 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos a saber:

Conclusos para sentença

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0001546-92.2012.4.02.5104	ACP	Ação civil ambiental contra Município de Volta Redonda e Estado do RJ	1.665	14/03/14	1.320
0001358-31.2014.4.02.5104	Cautelar	Cautelar para suspender execução extrajud. de imóvel do SFH	218	06/11/14	1.082
0003376-64.2010.4.02.5104	Tributário	Anulação de débito fiscal	1.196	28/11/14	1.060
0001639-21.2013.4.02.5104	Ordinária	Responsabilidade securitária por dano em imóvel do SFH	1.310	03/02/15	993
0001456-50.2013.4.02.5104	Ordinária	Indeniz. por danos morais	397	24/02/15	972
0001640-06.2013.4.02.5104	Ordinária	Responsabilidade securitária por dano em imóvel do SFH	1.653	02/03/15	966
0003733-49.2014.4.02.5154	Ordinária	Revisão de mútuo do SFH e indeniz. por danos morais	120	23/03/15	946
0021104-45.2015.4.02.5104	Mandado Secur.	Empresa distribuidora de cosméticos não quer pagar IPI	102	01/06/15	875
0001932-54.2014.4.02.5104	Ordinária	Revisional de mútuo do SFH	192	23/06/15	853
0024152-12.2015.4.02.5104	Tributário	Anulatória de débito fiscal	708	02/07/15	844



Painel de Indicadores da Corregedoria JFRJ JFES 01VF-VR - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Conclusão Vencida - Sentença (> 180 dias)

161 itens listados (37,1%)

Processo	Tempo Em Dias	Vencido	Conclusão	SupORTE	Classe	Par/Ímpar
		Todos	▼ Sentença	▼ Todos	▼ Todos	▼ Todos
0001546-92.2012.4.02.5104	1475	Sim	Sentença	Digital	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Par
0003376-64.2010.4.02.5104	1216	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Par
0024152-12.2015.4.02.5104	1000	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Par
0021282-91.2015.4.02.5104	959	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/OUTRAS	Par
0123048-90.2015.4.02.5104	810	Sim	Sentença	Digital	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Par
0119956-07.2015.4.02.5104	757	Sim	Sentença	Digital	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO	Par
0002294-56.2014.4.02.5104	719	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA	Par
0026980-78.2015.4.02.5104	712	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Par
0503460-41.2015.4.02.5101	687	Sim	Sentença	Físico	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Par
0011601-63.2016.4.02.5104	677	Sim	Sentença	Digital	ORDINÁRIA/ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL	Ímpar

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0134790-78.2016.4.02.5104	previdenciário	Revisão de Benefício	53	14/12/16	313
0129760-62.2016.4.02.5104	previdenciário	Revisão da Renda Inicial - RMI	61	15/03/17	223
0133603-35.2016.4.02.5104	previdenciário	Revisão da Renda Inicial - RMI	135	05/05/17	171
0000769-39.2014.4.02.5104	ordinária	Cobertura de seguro - SFH	660	08/05/17	168



0113420-43.2016.4.02.5104	previdenciário	Revisão de Benefício	58	20/04/17	141
0162138-71.2016.4.02.5104	previdenciário	Aposentadoria especial - concessão	153	14/06/17	131
0500341-92.2017.4.02.5104	Exec Provisória de Sentença	Aposentadoria especial - concessão	34	05/09/17	49
0500375-67.2017.4.02.5104	Embargos de terceiro	SFH – imissão na posse	65	14/09/17	39
0500376-52.2017.4.02.5104	Ordinária imóveis	SFH – imissão na posse	597	14/09/17	39
0140781-98.2017.4.02.5104	previdenciário	Revisão de RMI	73	20/09/17	34

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0087830-98.2015.4.02.5104	Impug. valor causa	Impugnação ao valor da causa em ACP	31	07/07/16	473
0146251-81.2015.4.02.5104	Emb à exec.	Descumprimento de obrigações em Termo de Compromisso	106	23/11/16	334
0002187-17.2011.4.02.5104	Ordinária	Nulidade de Exec. Extraj. de imóvel garantidor de dívida do SFH	965	25/11/16	332
0025262-12.2016.4.02.5104	Ordinária	Indeniz por danos morais	206	05/12/16	322
0000552-64.2012.4.02.5104	Previdenciário	Revisão de benefício	111	09/01/17	287
0002820-67.2007.4.02.5104	Execução Título Extraj.	Execução de mútuo de numerário	97	23/02/17	242
0504900-59.1998.4.02.5104	Previdenc.	Revisão de Benefício	270	08/03/17	229
0000550-36.2008.4.02.5104	Monitória	Crédito estudantil - FIES	29	08/03/17	229
0003175-53.2009.4.02.5154	Previdenc.	Concessão de Aposentadoria	305	16/03/17	222
0001285-40.2006.4.02.5104	Previdenc.	Revisão de Benefício	368	23/03/17	214

Sugere-se estabelecer metas e estratégias para prolação de atos judiciais nos processos paralisados além dos prazos estabelecidos no art. 227 da CNCR constatado o aumento na quantidade de feitos nessa situação, entre a correição e a data de encerramento do relatório de correição (29/3/18): (i) para despacho: de 12 para 20; (ii) para decisão: de 195 para 253; (iii) para sentença: de 122 para 161, havendo Ações Cíveis Públicas conclusas há mais de 4 anos (0001546-92.2012.4.02.5104) e há 810 dias (0123048-90.2015.4.02.5104), e Mandado de Segurança concluso há dois anos (0119956-07.2015.4.02.5104).



6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas 16 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Setembro ▾ Vara : 01ª Vara Federal de Volta Redonda ▾

Tipo de Processo ▾

Medidas ▾			Eletrônico	Físico	Total		
Ano ▾		Processos	Trâmite	1239	700	1939	
Situacao Processo ▾			2012	Suspenso	1548	1404	2952
				Recurso TRF-2	384	731	1115
				Trâmite	1742	602	2344
			2013	Suspenso	2116	721	2837
				Recurso TRF-2	347	595	942
				Trâmite	1915	439	2354
			2014	Suspenso	2090	322	2412
				Recurso TRF-2	686	507	1193
				Trâmite	1289	356	1645
			2015	Suspenso	2272	301	2573
				Recurso TRF-2	842	405	1247
				Trâmite	1888	408	2296
			2016	Suspenso	4389	259	4648
				Recurso TRF-2	792	321	1113
				Trâmite	2284	280	2564
			2017	Suspenso	4783	362	5145
				Recurso TRF-2	702	244	946

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

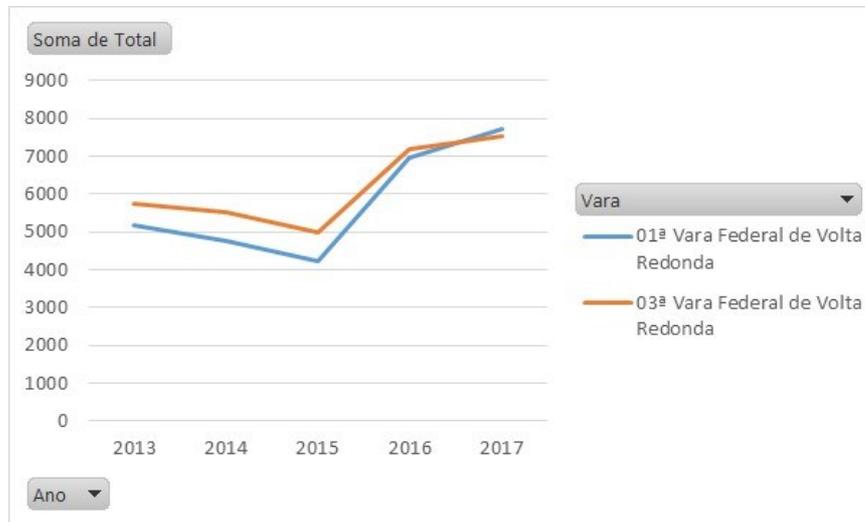
	Correição Abr/2013*	Correição Out/2015*	Correição Out/2017
Total	6.111	5.465	8.655
Suspenso	2.943	2.573	5.145
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	996	1.247	946
Tramitação ajustada	2.172	1.645	2.564

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 16/3/2018



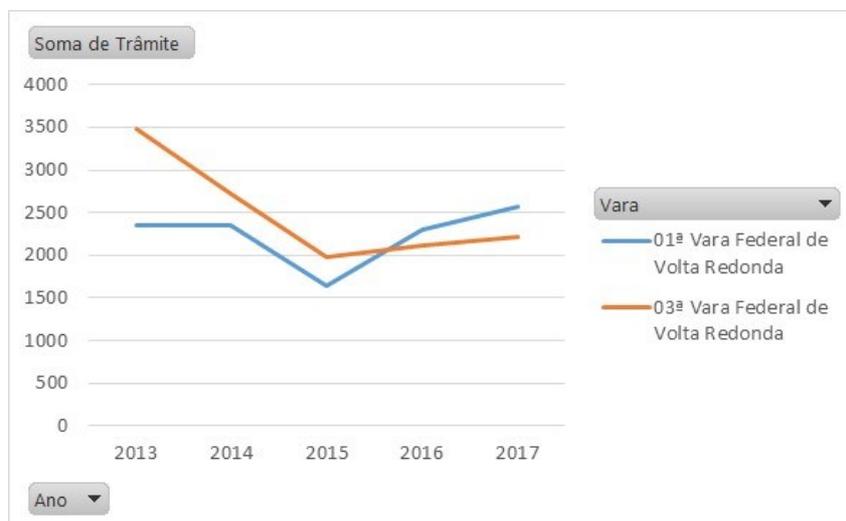
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais de Volta Redonda com competência cível (mês de referência: setembro)

7.2.1. Acervo total



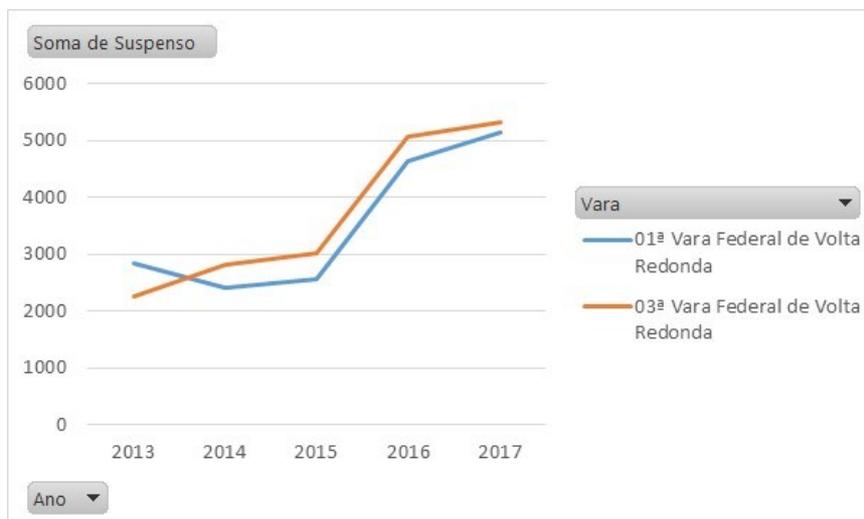
Fonte: Portal, em 16/3/2018

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: Portal, em 16/3/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: Portal, em 16/3/2018

Sugere-se que a unidade estabeleça diretrizes internas e estratégias de trabalho para conter o aumento da quantidade de processos ativos (tramitação ajustada), dado o aumento de 1.645 para 2.564 (56%) em dois anos, enquanto, no mesmo período a Vara Federal congênere (03VF-VR) aumentou esse acervo em 12% (de 1.982 para 2.224 processos).



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

TRF2
Fls 131

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São usados os identificadores eletrônicos de prioridade aos idosos, doenças graves, e, nas execuções fiscais, nos processos de grandes grandes devedores. Nos processos com autos físicos, os de prioridade idoso são etiquetados.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio aos Magistrados

A supervisão confere se o processo está apto para sentença, e encaminha os autos para a Oficial de Gabinete, que faz uma segunda análise e abre conclusão para sentença, se confirmar que o feito está apto para julgamento. Nesse contexto, as conversões em diligência são raras.





9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
015.3000.262605-1		Remessa Interna		29/11/2016 11:48	JRJNCU		
0145819-62.2015.4.02.5104	4002	#Int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econô		25/08/2017 11:53	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0000176-89.2007.4.02.5104 - Local 401	MAN.0401.000128-1/2017	QUINTINO BOCAIUA - DEVOLVIDO COM RESULTADO		22/09/2017 13:55	JRJSDN		
0500438-92.2017.4.02.5104	12006	Distribuição por Dependência		11/10/2017 20:05	JRJRKD		01ª Vara Federal d
0029011-03.2017.4.02.5104	3000	#Int-CONF-1052#Remessa, Carga Para PRF (interior) - Aut		13/10/2017 08:30	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0160192-30.2017.4.02.5104	3000	#Int-CONF-1052#Remessa, Carga Para Procuradoria Regi		13/10/2017 08:30	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0019417-62.2017.4.02.5104	3000	#Int-CONF-1052#Remessa, Carga Para Procuradoria Regi		13/10/2017 08:30	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0072897-23.2015.4.02.5104	3000	#Int-CONF-1052#Remessa, Carga Para PRF (interior) - Aut		13/10/2017 08:30	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0000376-21.2013.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0000541-69.2011.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0000976-75.2007.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0001135-54.2009.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0002033-33.2010.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0002454-26.2007.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0027217-44.2017.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0158125-29.2016.4.02.5104	3000	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d
0184217-10.2017.4.02.5104	12006	#Int-CONF-131#Remessa, Carga Para Procuradoria da Fa		13/10/2017 08:33	PORTALWI		01ª Vara Federal d

No dia 23/10/2017, às 15:43 horas, existiam 140 processos sendo o mais antigo o de 25/08/2017, sob o n° 01458196220154025104, aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
25/08/17	0145819-62.2015.4.02.5104	4002	Linha de crédito / contratos
22/09/17	0029011-03.2017.4.02.5104	3000	Dívida ativa não-tributária
04/10/17	0160192-30.2017.4.02.5104	3000	Dívida ativa não-tributária
13/10/17	0019417-62.2017.4.02.5104	3000	Dívida ativa não-tributária
13/10/17	0072897-23.2015.4.02.5104	3000	Taxa de fiscalização ambiental

Sugere-se estabelecer rotinas diárias de verificação do balcão de entrada para impedir o acúmulo de processos, petições, ofícios e outros documentos sem movimentação cartorária.

9.2. Processos em segredo de justiça



Posição em	04/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	14
Sistema	12
Documento	22
Total Geral	48

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
00600574519964025104	3000	No sistema	06/10/03	Contribuição previdenciária - d'vida ativa
00363519619974025104	3000	Sigilo de peças	05/11/03	Contribuição previdenciária - d'vida ativa
05046875319984025104	3000	No sistema	30/07/07	Contribuição previdenciária - d'vida ativa
05052764519984025104	3000	No sistema	10/09/03	Contribuição previdenciária - d'vida ativa
00013799520004025104	3000	No sistema	11/09/05	Contribuição previdenciária - d'vida ativa

Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 23/10/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 421 processos, equivalentes a 16,62% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0089231-35.2015.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	juntada	354	03/11/16
0002089-27.2014.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	354	03/11/16
0054656-44.2014.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	347	10/11/16
0061433-79.2013.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	347	10/11/16
0000482-76.2014.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	339	18/11/16
0022510-67.2016.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	333	18/11/16
0129586-87.2015.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	333	24/11/16
0057807-38.2016.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	326	01/12/16
0160389-62.2015.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	não	Intimação de decisão - publicação	326	01/12/16
0049244-55.2016.4.02.5104	Execução por título extrajudicial	não	juntada	326	01/12/16

Sugere-se identificar e movimentar os processos não concluídos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

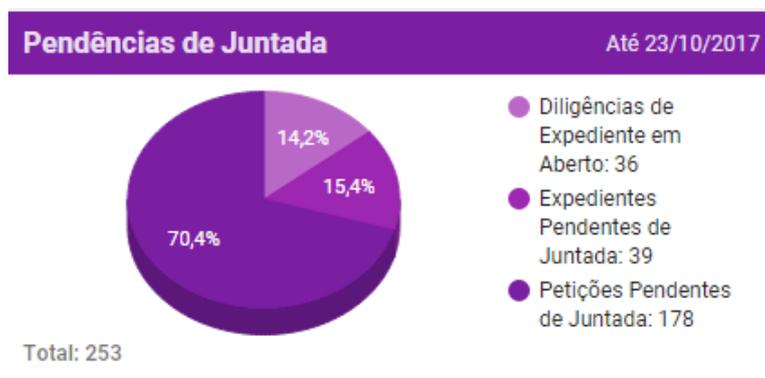
9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2016 a 09/2017
	Processos	3.993
	Boletins	184
	Média (Proc. / Bol.)	21,70
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,62

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

9.5. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 23/10/2017

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo, relativas a processos remetidos para julgamento de recurso:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguard a juntar	Local do processo
12/07/10	2010.0401.002782-8	0000255-62.2009.4.02.5104	Suspensão da exigibilidade - crédito tributário	2660	TRF



19/01/11	2011.0401.000171-2	0000024-53.2010.4.02.5119	Seguro acidente de trabalho	2460	TRF
01/06/11	2011.0401.002044-0	0002562-57.2007.4.02.5104	Sustação - alteração de leilão	2336	TRF
26/07/11	2011.7152.093209-0	0000510-64.2002.4.02.5104	Multas - dívida ativa	2281	1a VF VR
26/07/11	2011.7152.093210-3	0001888-55.2002.4.02.5104	Multas - dívida ativa	2223	TRF

Contudo, na data de encerramento deste relatório o Painel de Indicadores da Corregedoria indicou 211 petições pendentes de juntada, sendo 83 acima do prazo estabelecido no art. 180, CNCR, estando os autos e as petições localizadas na Secretaria do Juízo, as mais antigas a saber:

Painel de Indicadores da Corregedoria
Pendências de Juntada - Petições Pendentes de Juntada

JFRJ JFES Q 01VF-VR - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

83 itens listados (26,3%)

Processo	SupORTE	Local do Processo	Expediente/Petição	Local Exp./Pet.	Tipo	Nº Dias	Classe
0000510-64.2002.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2011.7152.093209-0	401	Petição	2438	EXECUÇÃO FISCAL
0001469-25.2008.4.02.5104	Digital	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2012.0401.001258-6	401	Petição	2169	EXECUÇÃO FISCAL
0001469-25.2008.4.02.5104	Digital	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2012.0401.001259-4	401	Petição	2169	EXECUÇÃO FISCAL
0403696-35.1999.4.02.5104	Digital	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2012.0401.001692-1	401	Petição	2128	EXECUÇÃO FISCAL
0001816-68.2002.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2013.0401.000789-1	401	Petição	1753	EXECUÇÃO FISCAL
0400756-97.1999.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2013.7451.014518-5	401	Petição	1701	EMBARGOS À EXECUÇÃO
0001994-17.2002.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2013.0401.001151-1	401	Petição	1686	EXECUÇÃO FISCAL
0003787-78.2008.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2013.0401.001361-1	401	Petição	1633	ORDINÁRIA/OUTRAS
0001993-90.2006.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2015.0401.000065-8	401	Petição	1157	ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
0000814-19.2009.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2015.0401.000108-5	401	Petição	1147	EMBARGOS À EXECUÇÃO
0001807-67.2006.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2015.0401.000182-4	401	Petição	1119	ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
0002069-75.2010.4.02.5104	Físico	01ª Vara Federal de Volta Redonda	2015.0401.000007-0	401	Petição	1177	AÇÃO PENAL

Sugere-se regularizar as 83 petições pendentes além do prazo estabelecido no art. 180, CNCR, cujos autos respectivos estão na Secretaria do Juízo, priorizando-se as 31 mais antigas, pendentes há mais de 2 anos.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Não há registro de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	24	01	25
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	18	07	25
Outras ações/Improbidade Administrativa	01	00	01
Mandados de Segurança Coletivas	07	01	08

Inspecionados:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0004262-34.2008.4.02.5104	Outras improbid. Administr.	Dano ao erário	não	Despacho manda aguardar julg de agravo	22/03/17
0002479-41.2007.4.02.5104	MS coletivo	COFINS	não	Desp fixa prazo p/ pagamento honor. adv.	21/09/17
0081497-62.2017.4.02.5104	MS Coletivo	Desobrigar-se de realizar contrib. ao SEBRAE, APEX, ABDI e INCRA.	não	Decisão declina compet.	19/10/17
0001490-59.2012.4.02.5104	ACP	Regularização de terras da União	não	MPF, instado, manif inter prosseg. do feito	05/07/16
0001545-10.2012.4.02.5104	ACP	Licença ambiental de recuperação de áreas da União	não	Desp designa audiência p/ 23/11/17	18/10/17



0114197-62.2015.4.02.5104	ACP	Dano Ambiental	sim	Suspensão p/ aguardar decisão TRF	24/10/17
0029794-29.2016.4.02.5104	ACP	Demarcação terras indígenas	não	Certidão de inspeção judicial	07/06/17
0001607-79.2014.4.02.5104	ACP	Proteção ambiental	sim	Intimação de despacho	27/10/17
0151917-63.2015.4.02.5104	ACP	Licitações	não	Certidão de inspeção judicial	08/06/17
0003455-43.2010.4.02.5104	ACP	Dano ambiental	não	Cl. p/ sent.	07/12/16

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se estabelecer alterações nos processos de trabalho para que o processamento de ações civis públicas, mandados de segurança coletivos e ações de improbidade administrativa suas movimentações cartorárias não ultrapassem o prazo estabelecido no art. 228, CNCR.



**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
EF - SUSPENSÃO FGTS	184
EF – SUSPENSÃO – LEI 10.522/02 2014/2017	236
EF – SUSPENSÃO/FALÊNCIA	27
EXTRA – SUSPENSÃO	48
EF SUSPENSÃO 180 DIAS – 2014/2017	02

Os processos físicos são separados por escaninhos de acordo com o motivo da suspensão, cabendo aos servidores responsáveis pelos assuntos o controle dos prazos.

Nos casos de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral é realizada a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO. O controle do julgamento dos processos paradigmas é feito, em regra, pelo Diretor com o auxílio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0000333- 80.2014.4.02.5104	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 18/08/16.
0000416- 96.2014.4.02.5104	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 18/08/16.
0000420- 36.2014.4.02.5104	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde



		18/08/16.
0000478-39.2014.4.02.5104	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 18/08/16.
0000534-72.2014.4.02.5104	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 02/10/17.

TRF2
Fls 140

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0526528-30.2009.4.02.5101	Parcelamento	27/05/11	Processo suspenso por 7 meses.
0527354-56.2009.4.02.5101	Parcelamento	31/05/11	Processo suspenso por 12 meses.
0527285-24.2009.4.02.5101	Parcelamento	20/09/11	Processo suspenso por 180 dias.
0090500-26.2012.4.02.5101	Parcelamento	27/02/14	Processo suspenso por 1 ano.
0034258-18.2010.4.02.5101	Parcelamento	08/01/15	Processo suspenso por 1 ano.

Sugestão da equipe: estabelecer rotinas para rever o acervo de Execuções Fiscais suspensas por parcelamento do débito.



12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 81 precatórios e 198 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 23 precatórios e 27 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0062419-20.1996.4.02.5104	Precatório	24/03/17	---	Aguardando julgamento de agravo de instrumento.
0002038-84.2012.4.02.5104	Precatório	01/06/17	---	Decisão, de 24/10/17, que remeteu os autos à Contadoria.
0056335-03.1996.4.02.5104	RPV	31/08/17	---	Ato ordinatório, de 25/10/17, dando vista às partes do requisitório.
0000206-16.2012.4.02.5104	RPV	26/06/17	---	Decisão, de 20/07/17, que determinou a retificação do requisitório.
0000566-43.2015.4.02.5104	RPV	22/06/17	---	Suspenso em 23/10/17 por cumprimento de RPV.

**13. BENS PENHORADOS**

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 03/10/2017, apresenta cadastramento de 220 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0502958-89.1998.4.02.5104	15/10/08	sim	Determinada a utilização do Bacenjud e Renajud para penhora em 09/02/2017
0402817-28.1999.4.02.5104	11/03/13	sim	Proferida decisão em 09/09/2015 determinando a suspensão até o deslinde dos embargos de terceiros.
0100591-35.2013.4.02.5104	21/02/14	sim	Decisão em 16/05/2016 determinando o levantamento da penhora, considerando o resultado negativo do leilão. Após fosse suspensa a execução, nos termos do artigo 40 da LEF..
0003834-52.2008.4.02.5104	27/08/13	sim	Suspensão por parcelamento a partir de 11/05/2016
0003608-81.2007.4.02.5104	10/05/13	sim	Decisão em 24/10/2016 determinando várias medidas restritivas sobre os bens objeto de penhora.

Processo: 0502958-89.1998.4.02.5104

Executado: STEMIL SOCIEDADE TECNICA DE MONTAGENS INDL/ LTDA

Exequente: FAZENDA NACIONAL REP/ P/ CAIXA ECONOMICA FEDERAL/FGTS

Data da Penhora: 15/10/2008

Tipo do Bem: Apartamento

Valor do Bem: R\$ 210.000,00

Valor do Débito: R\$ 175.458,72



Mandado:MEF.0401.000567-8/2008

TRF2
Fls 143

Processo: 0402817-28.1999.4.02.5104

Executado: I M R IND/ COM/ IRMAOS MAGALHAES LTDA

Exequente: FAZENDA NACIONAL

Data da Penhora: 11/03/2013

Tipo do Bem: Casa

Valor do Bem: R\$ 200.000,00

Valor do Débito: R\$ 47.349,21

Mandado:MEF.0404.000140-1/2013

Processo: 0100591-35.2013.4.02.5104

Executado: M LUSIA DA FONSECA MEDICAMENTOS ME

Exequente: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA

Data da Penhora: 21/02/2014

Tipo do Bem:

Valor do Bem: R\$ 1.000,00

Valor do Débito: R\$ 4.204,25

Mandado:MEF.0404.001174-2/2013

Processo: 0003834-52.2008.4.02.5104

Executado: VIACAO AGULHAS NEGRAS LTDA

Exequente: VIACAO AGULHAS NEGRAS LTDA

Data da Penhora: 27/08/2013

Tipo do Bem: Galpão

Valor do Bem: R\$ 35.000.000,00

Valor do Débito: R\$ 371.684,79

Mandado:MEF.0404.000684-8/2013



Processo: 0003608-81.2007.4.02.5104

Executado: M MIRANDA RANGEL DE MOURA ME

Exequente: MARCIA MIRANDA RANGEL DE MOURA

Data da Penhora: 10/05/2013

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 22.918,00

Valor do Débito: R\$ 51.481,91

Mandado:MEF.0404.000594-9/2013

Observação: Depositário: Marcia Miranda Rangel de Moura

Processo: 0003568-94.2010.4.02.5104

Executado: TITANIO COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS

Exequente: THIAGO FERREIRA FRANCA

Data da Penhora: 22/07/2014

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 3.000,00

Valor do Débito: R\$ 21.548,60

Mandado:MEF.0404.000746-3/2014

Sugere-se: proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR





14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR.

O sistema APOLO, em extrato emitido em 03/10/2017 relatou a existência de 11 itens de material acautelado, todos relativos a documentos não digitalizáveis: plantas de imóveis, CDs e DVDs.



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado possui de 6 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

	Abertura	Finalidade na capa	Número de ordem na lombada	Folhas numeradas e rubricadas
Livro de ponto dos servidores	Sim	Sim	Não	Não estão rubricadas
Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo	Sim	Sim	Não	Não estão rubricadas
Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio	Sim	Finalidade na lombada	Não	Não
Livro de entrega de autos às partes sem traslado	Sim	Sim	Não	Sim
Pasta de carga ao Ministério Público	Sim	Finalidade na lombada	Não	Não
Livro de registro de livramento condicional	N/A	N/A	N/A	N/A
Pasta de termos de fiança	N/A	N/A	N/A	N/A
Pasta de suspensão condicional da pena e do processo	N/A	N/A	N/A	N/A
Pastas de atos do plantão (fez último plantão em 1 a 8/9/17)	N/A	N/A	N/A	N/A
Livro de Reclamações	Sim	Sim	Não	Sim

Obs¹: Art. 149. Garantidas a autenticidade, a segurança e a inalterabilidade, adotam-se as seguintes pastas eletrônicas obrigatórias, cujos dados e documentos serão gerenciados pelo sistema de acompanhamento processual: I – pasta de mandados; II – pasta de ofícios; III – pasta de alvarás; IV – pasta de relatórios de inspeções; V – pasta de atas de audiências; VI – pasta de mandados de prisão; VII – pasta de sentenças.

Obs²: Extinto livro de rol de culpados: Provimento 00010/CR-TRF2, de 16.09.201

A equipe de correição sugere que a unidade registre (i) a finalidade na capa dos Livros e Pastas obrigatórias; (ii) o número de ordem na lombada; e (iii) numere e rubrique todas as folhas dos Livros/Pastas (art. 147, CNCR).



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 1ª Vara Federal de Volta Redonda está localizada Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38, 1º andar, Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de Janeiro, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é adequada e o lay-out funcional, com mobiliário bem dividido, em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam novas, são apropriadas. Existe uma pequena copa na secretaria e, uma grande copa da Subseção Judiciária para refeições, no 2º andar do prédio.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juízes e da Secretaria refrigeram satisfatoriamente o ambiente.

Foi informado à equipe de correição que o serviço de informática só consegue atender às demandas canibalizando equipamentos. A reclamação sobre a falta de mouses que funcionem é recorrente em todos os juízos da subseção.

Sugere-se que o Juízo expeça ofício à Direção do Foro solicitando o suprimento dos equipamentos de informática necessários às atividades regulares da unidade correicionada, dando ciência a esta Corregedoria das providências adotadas.

**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL****17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)**

A Vara Federal estipula limite mínimo de R\$ 1 milhão como critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR). A Fazenda Nacional apresentou à unidade limite que considera a execução fiscal relativa a grande devedor.

Por amostragem, foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidade no processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses ?*	Último Movim.	Data último Movim.
0001018-44.2001.4.02.5104	R\$ 1.616.000,00	14/05/01	sim	Devolução de remessa.	26/09/17
0001888-16.2006.4.02.5104	R\$ 1.560.751,4	04/10/06	sim	Intimação de decisão.	18/10/17
0002028-16.2007.4.02.5104	R\$ 2.341.869,18	05/06/07	sim	Intimação de decisão.	05/09/17
0000743-27.2003.4.02.5104	R\$ 6.532.589,32	27/03/03	sim	Juntada.	04/07/17
0000485-36.2011.4.02.5104	R\$ 2.443.256,17	10/03/11	sim	Devolução de remessa.	22/09/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

17.2. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados

O Diretor informou que o Juiz trabalha com o mesmo leiloeiro que já atuava no juízo antes de sua remoção para Volta Redonda, não tendo sido mencionadas dificuldades. A 01VF-VR realiza leilão unificado com a 03 VF-VR, sendo o próximo designado para novembro/2017. A Vara tem escaninhos separados para processos com realização de leilão, físicos e eletrônicos.



18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (0900324-45.2015.4.02.0000, SIAPRO), realizada de 13 a 16/10/2015, foi arquivado em 17/03/2017 sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 07/12/2015 (Ofício TRF2-OFI-2015/24836), e atendidas pelo Juízo em 11/02/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/00171).

- 1 - *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos que se encontram conclusos com prazo vencido, parados e com remessa externa com prazo vencido.*
- 2 - *Dar andamento aos processos de verificação obrigatória que se encontram conclusos com prazo vencido e parados, regularizando, ainda, os que se encontram com remessa externa além do prazo estabelecido.*
- 3 - *Regularizar as cartas precatórias penais listadas, referentes às Classes 28001 e 28006, alterando, conforme o caso, para Classe 28006 (Carta Precatória de Fiscalização das Condições da Suspensão) ou Classe 28005 (Carta Precatória de Fiscalização das Penas Restritivas de Direito).*
- 4 - *Realizar a inserção das informações acerca do controle da prescrição do processo nº 0000690-41.2006.4.02.5104 no sistema Apolo, nos termos do inciso III, §2º do art. 248 da CNCR.*
- 5 - *Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido, observando-se o expressivo número de processos em tais situações.*
- 6 - *Efetuar a juntada dos documentos pendentes.*
- 7 - *Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça.*
- 8 - *Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.*
- 9 - *Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.*
- 10 - *Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão.*
- 11 - *Classificar corretamente as sentenças, tendo em vista que o tipo de sentença registrada no sistema Apolo deve corresponder ao tipo lançado no corpo da sentença, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006.*
- 12 - *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.*
- 13 - *Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR.*
- 14 - *Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados em processos cíveis e criminais no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os*



campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º, c/c o artigo 242, caput, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação.

15 - Promover o registro no SNBA daqueles bens apreendidos/acautelados em procedimentos criminais, que se encaixem na hipótese do artigo 242, § 1º, da CNCR e do artigo 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 63/2008. Observar a correta classificação dos bens, conforme prevêem o Manual do Usuário do SNBA e o Manual de Bens Apreendidos, ambos elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros quanto à destinação dada aos bens, que podem ser devolvidos a quem de direito, destruídos, perdidos em favor de algum ente ou alienados antecipadamente (artigo 242 § 2º da CNCR, artigo 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 63/2008).

16 - Regularizar os processos em que tenha havido aceitação pelo réu das condições da suspensão condicional do processo, a fim de que seja instaurada uma carta de fiscalização das condições da suspensão condicional do processo (classe 27005), com o único objetivo de fiscalizar o cumprimento das referidas condições, ficando a ação penal suspensa, com base no art. 89 da Lei 9.099/95.

17 - Regularizar os termos de abertura e fechamento dos livros obrigatórios mantidos em meio físico.



19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.

**20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES**

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. estabelecer estratégias de gestão dos processos de trabalho para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução (item 5.2.1);
2. Priorizar o julgamento dos processos pendentes de julgamento da meta 6/CNJ (item 5.2.2);
3. Corrigir a falha no processo 0002799-57.2008.4.02.5104, pois incorretamente anotado o tipo de sentença D1 no sistema APOLO, não obstante a classificação B2 pelo Magistrado (item 6.1);
4. estabelecer metas e estratégias para prolação de atos judiciais nos feitos paralisados além dos prazos estabelecidos no art. 227 da CNCR, pois constatado o aumento na quantidade de processos conclusos entre a correição e a data de encerramento do relatório (29/3/18): (i) para despacho: de 12 para 20; (ii) para decisão: de 195 para 253; (iii) para sentença: de 122 para 161, havendo Ações Cíveis Públicas conclusas há mais de 4 anos (0001546-92.2012.4.02.5104) e há 810 dias (0123048-90.2015.4.02.5104), e Mandado de Segurança concluso há dois anos (0119956-07.2015.4.02.5104) – item 6.3;
5. estabelecer diretrizes internas e estratégias de trabalho para conter o aumento da quantidade de processos ativos (tramitação ajustada), dado o aumento de 1.645 para 2.564 (56%) em dois anos, enquanto, no mesmo período a Vara Federal congênere (03VF-VR) aumentou esse acervo em 12% (de 1.982 para 2.224 processos) – item 7.2;
6. estabelecer rotinas diárias de verificação do balcão de entrada para impedir o acúmulo de processos, petições, ofícios e outros documentos sem movimentação cartorária (item 9.1).
7. identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228) – item 9.3;
8. regularizar as 83 petições pendentes além do prazo estabelecido no art. 180, CNCR, cujos autos respectivos estão na Secretaria do Juízo, priorizando-se as 31 mais antigas, pendentes há mais de 2 anos (item 9.5);
9. alterar as rotinas de trabalho para que o processamento de ações civis públicas, mandados de segurança coletivos e ações de improbidade administrativa suas movimentações cartorárias não ultrapassem o prazo de 30 dias estabelecido no art. 228, CNCR (item 10);
10. rever e movimentar o acervo de Execuções Fiscais suspensas por parcelamento do débito (item 11), instando os exequentes, se necessário;
11. proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR (item 13);



12. cumprir o art. 147, CNCR, registrando: (i) a finalidade na capa dos Livros e Pastas obrigatórias; (ii) o número de ordem na lombada; e (iii) o número de todas as folhas dos Livros/Pastas, rubricando-as (art. 147, CNCR) - item 15;

13. expedir ofício à Direção do Foro solicitando equipamentos de informática necessários às atividades regulares, dando ciência a esta Corregedoria das providências adotadas (item 16);

21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional RENAN GIUSTI BARBOSA, JOSE VICENTE BENEVENUTI, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, ANDRE LUIZ SANTOS AMARAL e FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, revisado e subscrito por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, matrícula 15939.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário